

OBJETO: Contratação de empresa visando a aquisição de toners e suprimentos para impressoras e calculadoras destinados a necessidade de consumo de todas as secretarias deste Município de Planalto, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
VALOR TOTAL: R\$ 99.566,63 (Noventa e nove mil quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos)
DATA DA ABERTURA: 05 de abril de 2019– às 09:00 horas.
 Maiores informações junto ao Departamento de Licitações em horário de expediente ou pelo e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br.

INÁCIO JOSÉ WERLE
 Prefeito Municipal

Publicado por:
 Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:B8665ADF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2019

Procedimento administrativo nº 40/2019
 Dispensa de licitação nº 16/2019

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Porecatu.
OBJETO: Contratação de empresa para ministrar aulas de capoeira no Centro de Projetos da Secretaria de Educação.
VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.031.3390.39.00.00-759
AMPARO LEGAL: Artigo 24 inciso II da Lei nº 8.666/93.

Porecatu, 22 de março de 2019.

FÁBIO LUIZ ANDRADE
 Prefeito Municipal

Publicado por:
 Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:35580FD8

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2019

Procedimento licitatório nº 41/2019
 Dispensa de licitação nº 17/2019

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Porecatu
OBJETO: Aquisição de protocolos e cadernos de atendimento psicológico para a Secretaria de Educação.
VALOR: R\$ 3.587,80 (três mil, quinhentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.031.3390.39.00.00-759
AMPARO LEGAL: Artigo 24 inciso II da Lei nº 8.666/93

Porecatu, 22 de março de 2019.

FÁBIO LUIZ ANDRADE
 Prefeito Municipal

Publicado por:
 Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:7B1978DF

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2019

Procedimento licitatório nº 42/2019
 Dispensa de licitação nº 18/2019

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Porecatu
OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de pesquisa de opinião pública referente à Administração Municipal, ecretaria de Educação.
VALOR: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.008.3390.39.00.00-751
AMPARO LEGAL: Artigo 24 inciso II da Lei nº 8.666/93

Porecatu, 22 de março de 2019.

FÁBIO LUIZ ANDRADE
 Prefeito Municipal

Publicado por:
 Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:A8365476

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 104/19

PORTARIA Nº. 104/19

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido da funcionária, **TEREZA DE NOVAES RODRIGUES**, portadora da Carteira de Trabalho e Previdência Social Nº. 030847-004 PR, ocupante da função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Serviços Públicos sendo seu último dia trabalhado dia 21 de março de 2019.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e dezenove. (22.03.2019).

FABIO LUIZ ANDRADE
 Prefeito Municipal

Publicado por:
 Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:E5E6D39D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMS 001-2019 APROVAÇÃO DO RAG

RESOLUÇÃO N.º001, de 14 de março de 2019, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Porto Amazonas

Dispõe sobre as conclusões acerca do Relatório Anual de Gestão do Órgão Executor da Saúde do Município de Porto Amazonas, relativas ao exercício de 2018 e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Porto Amazonas, em reunião ordinária realizada em 14 de março de 2018, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 494, de 17/05/1991;

Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n.º 141, de 13/01/2012;
 Considerando o inciso IV, do art. 4.º, da Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, o qual determina que para receber os recursos de que trata o art. 3.º dessa mesma lei, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão; e
 Considerando o § 4.º do art. 33, da Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde.

RESOLVE: